



A CASA FRANÇA-BRASIL DE GRANDJEAN DE MONTIGNY E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Cristina Grafanassi Tranjan

*Profa. Dra., Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro
crisgtranjan@globo.com*

RESUMO

O presente trabalho pretende apresentar as transformações pelas quais passou o imóvel que abriga hoje a Casa França-Brasil, no Rio de Janeiro.

Com a vinda da Corte de Portugal para o Brasil, em 1808, o país passa a ocupar lugar de destaque no cenário internacional. Como consequência da influência da vida cultural europeia, D. João forma uma missão artística para inserir o país nesse contexto. Assim, chega ao Brasil a Missão Artística Francesa, composta por artistas franceses, como arquitetos, pintores e escultores. Entre eles, está o arquiteto Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny.

Em 1819 D. João VI resolve fazer um prédio para ser a sede da Praça do Comércio do Rio de Janeiro, escolhendo Grandjean de Montigny para elaborar o projeto. Fugindo do padrão colonial da arquitetura da época, o projeto foi feito em estilo neoclássico, seguindo os moldes europeus, e inaugurando uma nova fase nas feições arquitetônicas da cidade.

Palavras-chave: *Grandjean de Montigny; Praça do Comércio, Casa França-Brasil.*

1. INTRODUÇÃO

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, fundada em 1º de Março de 1565, teve um crescimento lento, baseado fundamentalmente na proteção e defesa, devido a seu litoral, vulnerável a invasões. As construções de maior importância eram principalmente de cunho militar e religioso. Com a vinda da Família Real, em 1808, passou por um processo de crescimento acelerado e desordenado. Para adequar a cidade a seu novo status de sede da Corte, diversas medidas foram implantadas, tais como construções nos padrões europeus, fugindo dos padrões manuelinos da época (estilo arquitetônico no Brasil de então, em alusão ao rei D. Manoel de Portugal), abertura de ruas e implantação de infraestrutura. A vinda de diversos artistas franceses foi mais uma dessas medidas, para difundir a arte e a cultura europeias na cidade.

Entre tantos outros projetos elaborados para “embelezar” e urbanizar a então sede da Corte de Portugal, residência da Família Real, podemos citar a construção da Biblioteca Nacional, em 1813, na atual Cinelândia, a criação do Real Horto, em 1808, atual Jardim Botânico, a Fábrica de Pólvora, no mesmo local, e a Academia Imperial de Belas Artes. Frente à situação econômica e política de então, D. João autorizou a construção de um prédio para abrigar os comerciantes, que estimulavam a economia e começavam a ocupar importante papel na cidade.

Assim, a Praça do Comércio foi projetada e construída em tempo recorde para os padrões de então, e teve fundamental importância no fortalecimento da economia. Entre tantos usos e abandonos, obras paliativas, deteriorações e finalmente, uma grande restauração, o prédio hoje se encontra em toda a sua beleza e é referência na vida cultural do Rio de Janeiro.

2. GRANDJEAN DE MONTIGNY E SUA OBRA NO RIO DE JANEIRO

Nascido em Paris, na França, em 1776, Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny formou-se na *Ecole d'Architecture*, em arquitetura e urbanismo. Ganhou o *Prix de Rome*, em 1799, o maior



prêmio de arte da época, tendo ficado quatro anos estudando em Roma, de 1801 a 1805, pesquisando o Renascimento e a arquitetura da antiguidade.

Devido ao quadro político da época, com a derrota de Napoleão Bonaparte, resolveu partir para o Brasil, integrando a comitiva que viria introduzir a cultura e a arte europeias nos trópicos.

A chegada da Corte de Portugal para o Brasil, em 1808, deu ao país prestígio no cenário internacional. Para adequar o país aos padrões culturais europeus, D. João resolveu trazer profissionais de diversos setores das artes para difundir e estimular o estilo europeu nas terras brasileiras. Assim, em 26 de março de 1816 chegou ao Brasil a Missão Artística Francesa, composta por artistas franceses, como arquitetos, escultores e pintores, entre esses, artistas de renome tais como Jean-Baptiste Debret e Nicolas-Antoine Taunay e liderada por Joachin Lebreton, secretário da seção de Belas Artes do Institut de France, a quem coube a tarefa de selecionar o grupo. Grandjean de Montigny foi um dos arquitetos que compunham a missão.

Já em agosto do mesmo ano, Grandjean se tornou professor de arquitetura da Escola Real de Ciências, Artes e Ofício, fundada por D. João em 12 de agosto, posteriormente se tornando Academia Imperial de Belas Artes.

A finalidade da Escola Real de Ciências, Artes e Ofício (cuja direção ficou a cargo de Lebreton), seria a de transmitir e ensinar arte, e se justificava porque, “uma escola desta feição se tornava cada vez mais necessária para a formação de profissionais especializados para servirem ao Estado e às indústrias nascentes, quando no país até então praticamente nada existia em termos de ensino regular e a tradição artística se transmitia através do antigo sistema das corporações.” [1]

Com isso, dava-se início, no Brasil, ao ensino sistemático das artes e da arquitetura civil. Entretanto, passaram-se dez anos antes que a Academia efetivamente existisse, por diversos motivos, tais como a resistência cultural dos brasileiros com as artes, e principalmente com os franceses. Para vencer tais entraves, alguns artistas da Missão tomaram a iniciativa e começaram a ministrar aulas no centro da cidade, em imóvel alugado por eles.

Grandjean de Montigny foi o arquiteto escolhido para o projeto do prédio da futura Academia. O prédio foi inaugurado em 1826, como Academia Imperial de Belas Artes, no centro da cidade, e é uma das expressões arquitetônicas de estilo neoclássico mais marcantes no país. A Fig. 1 [2] mostra o projeto e a fachada. Infelizmente do prédio resta apenas o frontão, após a demolição em 1938, hoje instalado no Jardim Botânico, mostrados na Fig. 2 [3].

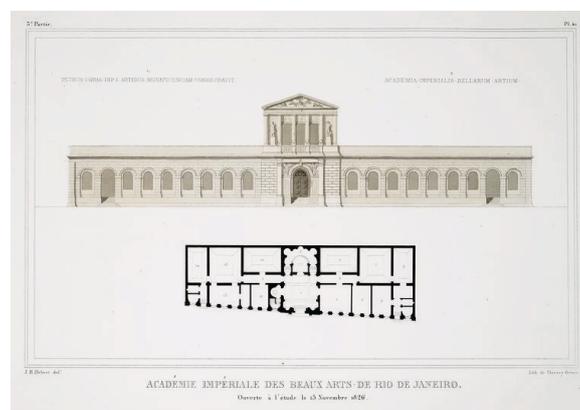


Figura 1 – Projeto e fachada da Academia

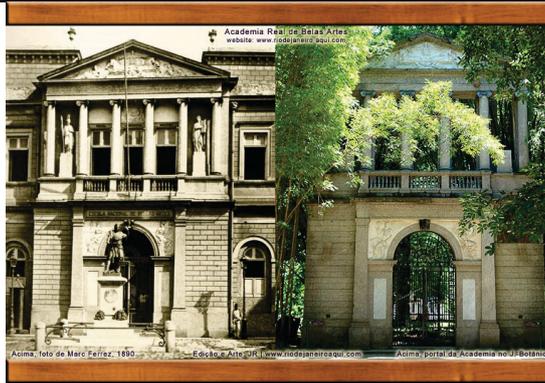


Figura 2 – Academia Imperial de Belas Artes, 1890 e o Frontão, atualmente no Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Com a Instauração do sistema republicano no Brasil em novembro de 1889, a Academia Imperial de Belas Artes passou a se chamar Escola Nacional de Belas Artes, sendo incorporada em 1931 à Universidade do Rio de Janeiro, posteriormente Universidade do Brasil. É hoje uma unidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o nome alterado para Escola de Belas Artes (EBA).

A última obra de Grandjean de Montigny foi o projeto de um chafariz para ser instalado na Praça Onze, então Rossio Pequeno, mostrado na Fig. 3 [4], assim descrito:

“O chafariz era de pedra e os elementos decorativos de bronze; sobre uma base circular, de um só degrau, elevava-se a bacia também circular, cujo perfil era composto de retas e curvas de belo efeito; sobre esta uma outra bacia circular predominando a reta em seu perfil, terminada por uma cornija, tendo oito carrancas de leão, que jorravam sobre a primeira; da segunda erguia-se o corpo central composto de uma taça que transbordava o líquido sobre a segunda bacia e, do centro da taça, surgia um elemento floral, em forma de pinha estilizada, que projetava, como repuxo, a água, que, caindo nos três lances, produzia um efeito extraordinário.” [5]

O projeto original, de 1846, não foi respeitado, sofrendo alterações que levaram os membros da Academia Imperial de Belas Artes a protestarem junto ao poder público. Com a abertura da avenida Presidente Vargas, por volta de 1943, foi transferido para a Praça Afonso Vizeu, no Alto da Boa Vista, conforme Fig. 4 [6].



Figura 3 – O Chafariz na Praça Onze

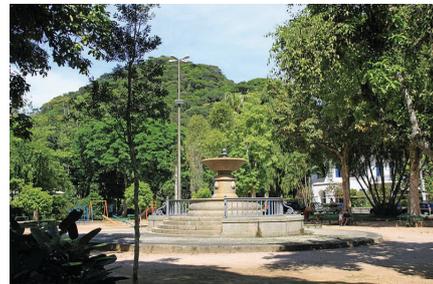


Figura 4 – O Chafariz no Alto da Boa Vista

Poucos projetos de Grandjean de Montigny foram efetivamente executados. A maior parte foi destruída e o que ainda existe hoje tem grande valor para a arquitetura brasileira. Uma de suas obras mais conhecidas é a casa que construiu para morar, e onde viveu até sua morte, em 1850. A casa fica em terreno atualmente de propriedade da Pontifícia Universidade Católica (PUC). Conhecido como Solar de Grandjean de Montigny ou Solar da PUC, e construído em 1823, manteve o estilo neoclássico que era marca do artista, mas adaptado ao ambiente brasileiro. “Grandjean projetou sua moradia neoclássica em uma cidade barroca de origem portuguesa.” [3]



Feita sobre um platô de onde se tinha uma visão da Lagoa e do mar, com belos jardins e exuberante vegetação, o solar de dois andares tem seu acesso por uma belíssima escadaria, e é objeto de estudo quase obrigatório nas aulas de arquitetura. Após servir de residência a outras famílias, foi tombado pelo IPHAN em 1938, sendo desde 1980 o Centro Cultural da PUC – Rio (Fig. 5).



Figura 5 – Solar de Grandjean de Montigny [8]

3. A PRAÇA DO COMÉRCIO

A construção da Praça do Comércio do Rio de Janeiro deve ser entendida à luz do contexto econômico e político do país na época.

Com a briga entre França e Inglaterra, no início do século XIX, Napoleão Bonaparte decretou um bloqueio continental, proibindo todos os países europeus de comercializarem com a Inglaterra. No meio desse conflito, D. João achou mais prudente partir para a terra portuguesa na América. A Corte Portuguesa chegou ao Brasil em 22 de janeiro de 1808, e já no dia 28 do mesmo mês, D. João assinou a carta régia que decretava a abertura dos portos brasileiros às nações amigas. O alvará de 1 de abril do mesmo ano sancionava a Liberdade Industrial no país e em 28 de agosto foi criada a real junta do comércio, agricultura, fábricas e navegação. Com isso, as exportações e importações aumentavam, a economia se desenvolvia e o Brasil prosperava. Como sede da Corte, era necessário um enriquecimento cultural. Uma das medidas para tal foi a vinda da Missão Francesa, em 1816.

Conforme já foi visto anteriormente, D. João resolveu criar a Academia Imperial de Belas Artes em 1816. Sua inauguração apenas em 1826 se deveu ao cenário econômico descrito, pois priorizou-se por construir um local que estimulasse o comércio. Assim, em 1819, autorizou a construção de um prédio para ser a sede da Praça do Comércio do Rio de Janeiro, mais uma vez escolhendo Grandjean de Montigny para elaborar o projeto.

Alguns poucos lugares da cidade já tinham as características desejadas para se adequar ao estilo europeu, tal como o Passeio Público, mas não havia um espaço que reunisse os comerciantes.

A escolha de um terreno que ficasse às margens da baía foi para que “o prédio sobressaísse no porto, pois ele estava encarregado de exprimir a prosperidade econômica do Reino, sua atividade comercial e sua participação no movimento das tropas internacionais”. [9]

Assim, pareceu ideal um terreno que ficava entre o mar e a rua do Sabão, e cujos vizinhos eram a Alfândega à esquerda e à direita diversas barracas que alcançavam o trapiche de trigo em frente à rua São Pedro, e que foram retiradas para dar lugar a um belo cais.

Grandjean de Montigny tinha uma formação teórica muito focada no urbanismo, trabalhando em capitais que se desenvolviam incessantemente, principalmente Paris e Roma. Ao chegar ao Rio de Janeiro, aos 40 anos, encontrou uma cidade colonial, mas ansiando por se adequar ao estilo europeu e fazer jus a seu status de sede da Corte. Apesar de seus diversos projetos para prédios



monumentais e de urbanização, pouco do que planejou foi feito. A cidade crescia desordenadamente, já que recebeu um contingente, que veio acompanhando a Família Imperial, que não tinha estrutura para acomodar. Tal crescimento pode ser percebido nos seguintes mapas [10], de um trecho do centro da cidade, onde se localizaria a Praça do Comércio. O mapa da Fig. 6 mostra o núcleo central em meados do século XVII. A linha vermelha mostra os caminhos existentes. Na Fig. 7, do início do século XVIII, percebe-se que alguns caminhos já se mostram como ruas. A Fig. 8, do início do século XIX, demonstra o quanto se desenvolveu essa área.

O projeto da Praça do Comércio, para refletir a importância política das atividades comerciais, foi feito internamente como um templo. Essa importância pode ser constatada pela rapidez com que a obra foi concluída. Iniciada em junho de 1819, foi inaugurada em 13 de maio de 1820.



Figura 6 – Meados do séc. XVII

Figura 7 – Início do séc. XVIII

Fig. 8 – Início do séc. XIX

Fugindo do padrão colonial da arquitetura da época, tinha estilo neoclássico, seguindo os moldes europeus, e inaugurando uma nova fase nas feições arquitetônicas da cidade. Sua planta cruciforme, inserida em um grande retângulo de 175 palmos de comprimento e 145 palmos de largura, mostrada na Fig. 9 [11] em um prédio de uso laico, era pouco comum então. Isso em um “lugar de reunião de homens de negócios emprestava à atividade comercial um caráter grandioso, ansiado pelos próprios negociantes... insinuando aí sua importância política.” [12]

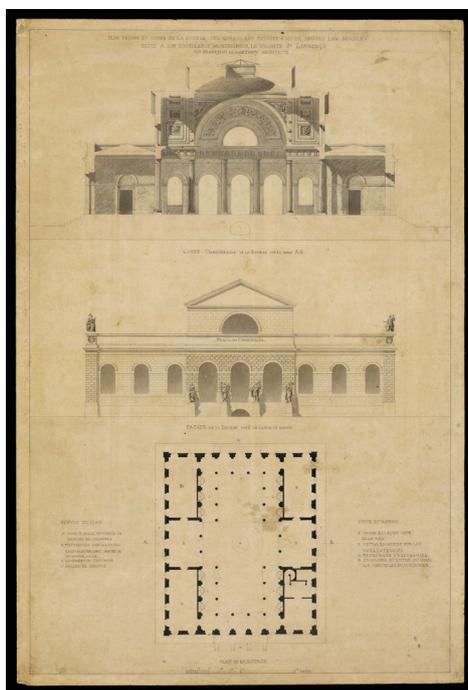


Figura 9 – Planta, corte e fachada da Praça do Comércio



O prédio era tão significativo para a cidade que o próprio D. João compareceu à solenidade de inauguração, no dia de seu aniversário, e ainda condecorou Grandjean de Montigny com a Ordem de Cristo, a mais importante Ordem portuguesa. Entretanto, Mello Júnior, em “Arquitetura Vertical”, Mensário do Arquivo Nacional, acha que essa informação é incorreta, devendo a homenagem ter se realizado algum tempo depois da inauguração.

A Fig. 10 [13] é uma pintura do dia da inauguração e reflete de maneira bastante óbvia a monumentalidade do prédio em relação à escala humana.



Figura 10 – Inauguração da Praça do Comércio

A estranheza causada pelo formato do prédio foi explicada da seguinte forma em um jornal da época:

“Mr. Grandjean não ficou sem ter o que fazer: foi chamado para arquiteto da Casa da Praça (Bourse); no entanto, dando-lhe a configuração de uma Igreja; naturalmente lembrou-se que na Revolução Francesa, a Igreja de Petits Pères serviu de casa da Praça dos Comerciantes de Paris, por concomitância julgou dever fazer semelhante a do Rio de Janeiro...”. [14]

Grandjean, após ter visto vários de seus projetos ficarem no papel, fez do projeto da Praça do Comércio uma espécie de réplica de outro projeto apresentado na França de Napoleão, que lhe rendeu medalha de ouro, mas que também não foi executado. Esperava assim construir o “edifício perfeito”. Utilizou conceitos que lhe eram peculiares, aplicou todos os seus conhecimentos, adaptou os estilos arquitetônicos da Europa com os quais estava familiarizado ao estilo local. Sabia o artista que a Praça do Comércio, para D. João seria o “símbolo do projeto político e civilizatório que se pretendia construir na América Portuguesa.” [15]

O projeto previa como ornamentos nos pedestais ao lado das duas escadas da fachada principal, estátuas que representavam o mar, a fartura, a indústria e o comércio, nas figuras de Netuno, Ceres, Minerva e Mercúrio. Com isso, reforçava-se a ideia de um D. João que estimulava as artes, e promovia o desenvolvimento econômico e a ligação com outros países, tendo como elo o comércio. No ático (o que hoje se conhece como platibanda) há a inscrição “Praça do Comércio” e acima, em baixo-relevo, as armas dos três reinos (Portugal, Brasil e Algarve) sustentadas por dragões. Vale a pena aqui, explicar que entre as transformações sofridas pelo Brasil desde a chegada da família real, uma delas foi a que elevou o país a Reino Unido, em 1815. A bandeira do Reino Unido de Portugal, Braisl e Algarve ficou assim constituída [16]:



“I. Que o Reino do Brasil tenha por Armas uma Esfera Armilar de Ouro em campo azul.
II. Que o Escudo Real Português, inscrito na dita Esfera Armilar de Ouro em campo azul, fique sendo de hoje em diante as Armas do Reino Unido de Portugal, e do Brasil e Algarve, e das mais Partes integrantes da minha Monarquia.
III. Que estas novas Armas sejam por conseguinte as que uniformemente se hajam de empregar em todos os Estandartes, Bandeira, Selos Reais, e Cunho de Moedas, assim como em tudo mais, em que até agora se tenha feito uso das Armas precedentes”. Assim sendo, estava criada a Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve.”

As quatro partes do mundo estavam representadas por estátuas, sentadas nos quatro cantos da construção, sendo que as estátuas representativas da Europa e da América posicionadas de maneira que ficassem de frente uma para a outra. A intenção era apontar que os dois continentes estavam com relações cada vez mais próximas. Para fazer alusão a D. João, a cornija apresentava a seguinte inscrição: *Joanne Sexto Regnante. Anno MDCCCX*. Entretanto, na pressa de inaugurar o prédio, algumas alterações precisaram ser feitas, e as estátuas ficaram para um segundo momento, substituídas por vasos, conforme pode ser visto na Fig. 11 [17].

As três portas de acesso foram feitas acima de uma escada com sete degraus, com três janelas de cada lado, todas em arco com vidraças. As fachadas laterais tem uma porta com cinco janelas de cada lado. Nos quatro ângulos do salão foram projetadas salas para os diferentes usos administrativos.

A cobertura, uma abóbada de berço sustentada lateralmente por 24 colunas em estilo dórico, tinha outra abóbada de berço transversal cruzando com a primeira, de onde subia uma abóbada esférica com aberturas para iluminar o ambiente, e esse conjunto é visto em toda sua grandiosidade no interior do prédio, mostrado nas Figs. 12, 13 e 14 [18].

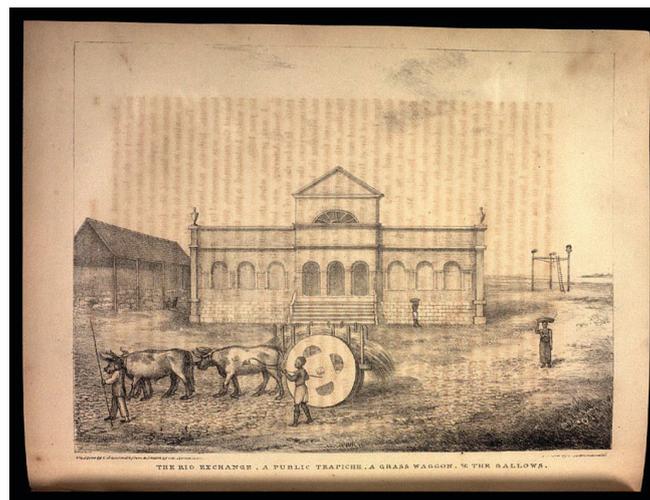


Figura 11 – Praça do Comércio

Essa monumentalidade era característica de Gradjean, uma vez que era “versado na elaboração de projetos que “falam”, que expressam o que deveria ser um monumento público”. [19]



Figuras 12, 13 e 14 – Vista do Interior

Mas mudanças na situação econômica e política, pouco tempo depois da inauguração da Praça do Comércio, fizeram com que a população se manifestasse de diversas formas. Em abril de 1821, Portugal insistia para que a Corte portuguesa instalada no Brasil retornasse ao país. O povo, contrário ao retorno de D. João VI a Portugal, entre diversas assembleias e reuniões, usou o prédio para mais um encontro, que por ordem do então príncipe regente D. Pedro, foi invadido pelas tropas reais, com mortos, feridos, pessoas fugindo e se jogando ao mar. A casa foi fechada, D. João acabou voltando para Portugal e um cartaz na porta mostrava o apelidado de “Açougue de Bragança”. Com isso, os comerciantes abandonaram o prédio, que ficou assim até 1824, quando D. Pedro I, em 12 de março, cedeu a edificação para ser parte da Alfândega.

Quanto aos comerciantes da cidade, decidiram se instalar em novo local, para promover seus encontros, e fundaram em 9 de setembro de 1834 a Sociedade dos Assinantes da Praça, instalando-se em um prédio com projeto também de Grandjean de Montigny, na rua Direita, atual 1º de Março. Essa sociedade é a que deu origem à atual Associação Comercial do Rio de Janeiro.

4. OS OUTROS USOS DO PRÉDIO

Ocupado a partir de 1824 pela Alfândega, o prédio da antiga Praça do Comércio deveria passar por reformas, para adequar-se a seu novo uso. Por isso, foram feitas obras para restringir o acesso ao seu interior, uma vez que as riquezas do império tinham a Alfândega como ponto de passagem e de escoamento. Em 1852, aos cuidados do engenheiro brasileiro André Rebouças e do arquiteto português Raphael de Castro, obras de maior porte foram feitas, já que o porto do Rio era a principal porta de entrada e saída de praticamente todas as mercadorias na América do Sul. Em 1892 foi inaugurado o porto de Santos, e o porto do Rio foi perdendo a importância econômica, mas a Alfândega permaneceu ainda no prédio até 1944, quando foi inaugurado o novo prédio na Avenida Rodrigues Alves. As Figs. 15, 16, 17 e 18 mostram o prédio em quatro momentos distintos.



Figura 15- O prédio da Alfândega, no final do século XIX



Figura 16 – O prédio da Alfândega nos anos 30 do século XX



Figura 17 – Interior da Alfândega

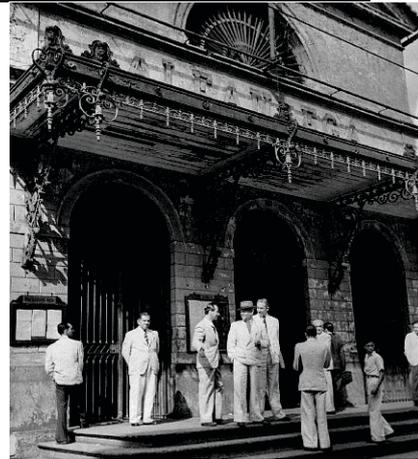


Figura 18 – O prédio abandonado depois da mudança da Alfândega

O tombamento do prédio se deu em 24 de maio 1938, pelo D.P.H.A.N. (atual I.P.H.A.N.) e mesmo com esse ato, que reconhecia seu valor arquitetônico, cultural e artístico, sofreu com a falta de manutenção e o abandono, abrigando os arquivos do Banco ítalo-Germânico até 1952, que deixou o prédio em péssimo estado de conservação, quando foram feitas novas obras de remodelação, e em 1956 passou a servir de sede do II Tribunal do Júri, função que ocupou até 1978 (Fig. 19).



Figura 19 – O II Tribunal do Júri [24]

Após diversas polêmicas a respeito do prédio, com alguns nomes importantes no cenário arquitetônico da cidade defendendo a sua demolição, tais como Lúcio Costa, que desejava construir um anexo para um prédio vizinho, e sofrendo com as obras do Viaduto da Perimetral, que abalou seriamente suas estruturas, em 1979 teve que passar por mais obras, dessa vez emergenciais, para que não viesse abaixo com tantos danos. Infiltrações, rachaduras e outros prejuízos ao prédio, consequência tanto da obra do Viaduto como do grande fluxo de veículos, quase o condenaram de vez.

Como se tornava imperativo fazer uma reforma de peso no prédio, surgiram diversas idéias para seu uso, que deveria ser de cunho cultural. Assim, após uma reforma completa feita pelo IPHAN, nos anos 1980, o então Secretário de Cultura do Rio de Janeiro Darcy Ribeiro começou os diálogos com o Ministro da Cultura da França para que ali pudesse ser feito um espaço que servisse de intercâmbio entre Brasil e França.

Assim, em 29 de março de 1990, foi inaugurada a Casa França-Brasil. A obra de restauração procurou recuperar o máximo possível o projeto original de Grandjean de Montigny. A maior parte da estrutura de madeira foi retirada, devido ao péssimo estado, causado por fungos e cupins. O reforço estrutural foi feito em aço e concreto.

Durante essa obra, as pesquisas mostraram que o prédio havia sido feito com aproximadamente 1,50 metros acima do nível do solo. O piso original foi preservado e restaurado, o cais por onde D. João chegou para a visita à Praça do Comércio foi descoberto, e mantida a rampa de acesso a



ele, nos fundos do prédio. As colunas foram recompostas, a claraboia de vidro reconstruída segundo o projeto original, a pintura original também foi encontrada e a cor mantida em todas as colunas. A Fig. 20 mostra a reforma no interior do prédio e a Fig. 21 a restauração da cúpula, ambas em 1985 [25].



Figura 20 – Obra de restauração



Figura 21 – Outra vista da obra

Em 2008 passou por mais uma reforma estrutural, reabrindo então em 2009, firmando posição cada vez maior como a Casa França-Brasil. A Fig. 22 [26] mostra o momento atual do prédio, que possui sala de leitura, salões de exposição e um charmoso bistrô, ocupando parte da área externa. Hoje a Praça do Comércio de Grandjean de Montigny consolidou sua função na vida cultural da cidade.



Figura 22 – A Casa França-Brasil

5. CONCLUSÕES

Resgatamos no presente texto a história do prédio construído para abrigar a Praça do Comércio, no centro do Rio de Janeiro. Após uma breve introdução, onde recuperamos a história da fundação da cidade, fizemos um levantamento sobre a vida de Grandjean de Montigny, e sua atuação na cidade, e mostramos os projetos elaborados por ele. Explicamos o porquê da construção da Praça do Comércio e sua importância, à luz do momento econômico e político do país em geral, e da cidade em particular. Resgatamos também o partido arquitetônico definido para o prédio e os detalhes do projeto. Por fim, mostramos as transformações no uso, desde Alfândega a Centro Cultural.



6. REFERÊNCIAS

- [1] http://pt.wikipedia.org/wiki/Academia_Imperial_de_Belas_Artes. Acessado em Abril de 2013.
- [2] <http://digitalgallery.nypl.org/nypldigital/dgkeysearchdetail.cfm?trg=1&strucID=569894&imageid=1224167&total=1&e=r>. Acessado em Julho de 2013.
- [3] <http://www.riodejaneiroaqui.com/portugues/academia-belas-artes.html>. Acessado em Julho de 2013.
- [4] <http://off-road.student.utwente.nl/johan/rio/br/bairros/cidadenova.htm>. Acessado em Julho de 2013.
- [5] http://wikiurbs.info/index.php?title=O_Chafariz_de_Grandjean_de_Montigny/ Acessado em Abril de 2013.
- [6] http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/fc/Pra%C3%A7a_Afonso_Viseu_no_Alto_da_Boa_Vista.jpg. Acessado em Julho de 2013.
- [7] Telles, Ângela Maria Cunha da Motta. *Grandjean de Montigny: Da Arquitetura Revolucionária à Civilização nos Trópicos*. RJ: Arquivo Nacional, 2008.
- [8] Foto da autora.
- [9] Telles, Ângela Maria Cunha da Motta. *Grandjean de Montigny: Da Arquitetura Revolucionária à Civilização nos Trópicos*. RJ: Arquivo Nacional, 2008.
- [10] Barreiros, Eduardo Canabrava. Atlas da Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1965.
- [11] Biblioteca Nacional. http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon325972.jpg. Acessado em Abril de 2013.
- [12] Telles, Ângela Maria Cunha da Motta. *Grandjean de Montigny: Da Arquitetura Revolucionária à Civilização nos Trópicos*. RJ: Arquivo Nacional, 2008.
- [13] Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
- [14] Telles, Ângela Maria Cunha da Motta. *Grandjean de Montigny: Da Arquitetura Revolucionária à Civilização nos Trópicos*. RJ: Arquivo Nacional, 2008.
- [15] Telles, Ângela Maria Cunha da Motta. *Grandjean de Montigny: Da Arquitetura Revolucionária à Civilização nos Trópicos*. RJ: Arquivo Nacional, 2008.
- [16] Silva, Marcelo. *Brasil, 500 anos de Marinha Mercante*. In: <http://www.marcelosilva.com.br/?p=644>. Acessado em Julho de 2013.
- [17] Biblioteca Nacional. http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon305262p96.jpg. Acessado em Abril de 2013.
- [18] Foto da autora.
- [19] Telles, Ângela Maria Cunha da Motta. *Grandjean de Montigny: Da Arquitetura Revolucionária à Civilização nos Trópicos*. RJ: Arquivo Nacional, 2008.
- [20] <http://naofoinogrito.blogspot.com.br/2012/09/nao-foi-no-grito-047.html>. Acessado em Julho de 2013.
- [21] Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
- [22] Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
- [23] <http://www.historiadorio.com.br/index.php?pg=home>. Acessado em Abril de 2013.
- [24] <http://www.fcfb.rj.gov.br/predio.php>. Acessado em Maio de 2013.
- [25] <http://www.fcfb.rj.gov.br/predio.php>. Acessado em Maio de 2013.
- [26] http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Casa_franca_brasil_rio.jpg. Acessado em Maio de 2013.